

Movimento de negras e negros no Brasil: em busca de uma interpretação histórico-crítica

Joelcio Jackson Lima Silva*

Resumo:

Este artigo propõe uma interpretação histórico-crítica do Movimento Negro no Brasil, fundamentada em uma pesquisa bibliográfica com caráter exploratório e descritivo. A metodologia do estudo consiste, inicialmente, na apresentação das principais teorias sobre movimentos sociais, seguida pela elaboração de uma proposta interpretativa de caráter histórico-crítico, direcionada à análise do Movimento Negro no Brasil. Como parte dessa análise, é apresentada uma síntese sobre o conceito de quilombo, considerando o movimento de quilombagem como uma expressão integral do Movimento Negro. Conclui-se que o Movimento Negro, enquanto um movimento social moderno, embora frequentemente interpretado sob perspectivas eurocêntricas e civilizatórias, pode ser compreendido de forma mais coerente à luz do materialismo histórico.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Movimento Negro; Quilombagem; Interpretação Histórico-crítica.

Movement of black men and women in Brazil: in search of a historical-critical interpretation

Abstract:

This article proposes a historical-critical interpretation of the Black Movement in Brazil, based on bibliographic research with an exploratory and descriptive character. The study's methodology initially consists of presenting the main theories on social movements, followed by elaborating an interpretative proposal of a historical-critical character, directed to the analysis of the Black Movement in Brazil. As part of this analysis, a synthesis of the concept of quilombo is presented, considering the quilombagem movement as an integral expression of the Black Movement. It is concluded that the Black Movement, as a modern

* Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa e Extensão Gênero, Diversidade e Direitos Humanos (DIVERGE). End. eletrônico: joelcio.jackson@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8122-9143>

social movement, although often interpreted from Eurocentric and civilizational perspectives, can be understood more coherently in the light of historical materialism.

Keywords: Social Movements; Black Movement; Quilombagem; Historical-critical interpretation.

Introdução

O tráfico transatlântico de africanas/os teve seu início justificado pela necessidade de suprir a demanda de mão de obra nas Américas. A utilização da “força de trabalho” dos povos africanos no Brasil teve seu marco histórico inicial no ano de 1530, sendo regulamentada como comércio em 1535¹ (Eltis, 2016). Desde então, a história do Brasil passa a se banhar em sangue, suor e lagrima de africanas/os, que foram sequestradas/os, vendidas/os e escravizadas/os sob as narrativas de serem inferiores ou sub-humanos. Essas falsas narrativas, que também ganharam *status* científico, embasaram o processo de racialização social e legitimaram moralmente e legalmente a subjugação racial.

A quantidade de negros/as no Brasil, ao longo dos séculos subsequentes, se tornou mais numerosa que a quantidade de engenhos de açúcar, cujas atividades demandavam continuamente por escravizados/as. Mesmo com a dificuldade em ter registros históricos preservados, foi possível constatar a presença numerosa de negros/as escravizados/as por todo o território brasileiro, cujos deslocamentos ocorreram conforme o desenvolvimento dos ciclos extrativistas e produtivistas. Desta forma, os/as negros/as africanos/as escravizados/as assumiram compulsoriamente o papel principal na alavancagem da estrutura econômica do Brasil (Nascimento, 1978).

Os aparatos jurídicos e militares, bem como a ideologia racista propagada através das mentiras, dissimulações e violências², estabeleceram um certo consenso de que a escravidão dos povos africanos e seus descendentes era necessária e acima de tudo benigna. Os aparelhos ideológicos que se ocuparam desse trabalho foram compostos pelas fraternidades religiosas da Igreja Católica, que operavam desde as missões cristãs na África até às práticas de catequização contínuas no Brasil. Os argumentos religiosos comparavam o sofrimento das/dos escravizadas/os ao de Cristo, ou seja, através do qual ocorreria a expiação do mal e o alcance do céu se

¹ O tráfico humano em si foi um dos maiores empreendimentos coloniais, uma atividade extremamente lucrativa.

² Dentre as violências sofridas pelos povos escravizados, destaca-se a situação das mulheres, pois além da exploração dos seus corpos e dos castigos por suas lutas e resistências, também sofreram massivamente exploração sexual e estupro. A colonização do Brasil, de matriz patriarcal e religiosa, tinha as mulheres como objetos e sob seus destinos decidiam os homens que eram seus proprietários.

houvesse a aceitação pacífica pela conversão religiosa através do batismo (Nascimento, 1978).

Após a abolição formal (1888), a ideologia racista da benevolência foi utilizada para sustentar o mito da democracia racial erigido sobre o falseamento e a negação da história. Esse mito difundiu a ideia de que no Brasil, “[...] pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas [...]” (Nascimento, 1978, p. 41).

Em meio a ideologia da benevolência, o mito da democracia racial, a realidade do genocídio e o pensamento moderno europeu de “ordem e obediência”, negras/os forjaram lutas e resistências, através de inúmeras formas experienciadas desde África até depois da abolição formal no Brasil (Nascimento, 1978; Veras, 2015). Em si, este fato já demonstra a realidade de que não existe uma democracia ou harmonia racial no Brasil. Porém, destaca-se como questão desta pesquisa que, as análises sobre o Movimento Negro (MN), que é em si a organização de negras e negros se movimentando coletivamente em busca de sobrevivência em uma sociedade na qual o seu genocídio é normalizado como a regra, vem deixando de fora diversas expressões de luta e resistência. Supõe-se que este fato ocorre, sobretudo, devido as buscas por teorias universalistas que expliquem a realidade e definam estritamente o que é um movimento social.

Este artigo tem como objetivo propor uma possibilidade para interpretação do MN no Brasil, que considere a realidade sob os princípios de uma perspectiva caracterizada pela unidade de contrários não contraditórios da teoria e da prática que são engendradas no curso da história e das ações concretas da humanidade. A pesquisa que deu base ao artigo teve uma abordagem qualitativa sobre os dados bibliográficos, passando por um levantamento de dados de caráter exploratório e descritivo, dadas as respectivas necessidades de se obter maior familiaridade com o problema e de caracterizar as novas descobertas a partir do feixe de dados relacionais coletados. O artigo está dividido em dois itens: o primeiro descrevendo um panorama sobre as teorias dos movimentos sociais e; o segundo propondo uma interpretação histórico-crítica do MN no Brasil, demonstrada a partir de uma resumida exposição sobre “quilombo”.

Panorama sobre as teorias dos movimentos sociais

As ações coletivas são norteadas por objetivos e/ou causas que servem como impulsionadoras para sua realização e mobilização de um coletivo de sujeitos/as em um *modus operandi*. Os movimentos sociais podem ser considerados ações coletivas, mas também podem mobilizar outras ações coletivas, como protestos e greves. Existe uma multiplicidade de bases conceituais que dificultam uma teorização geral sobre “movimento social”, em meio a ela e em busca por uma definição pode-se

recair ora na insuficiência, ora na restrição. Apesar disso, compreende-se, inicialmente, os movimentos sociais, de forma ampla e não absoluta, como um tipo de ação coletiva efetivada por um conjunto de pessoas politicamente e/ou culturalmente organizadas que buscam resolver determinadas questões (Munck, 1997; Mutzenberg, 2015).

As primeiras interpretações sobre os movimentos sociais e as ações coletivas os tinham como movimentos revolucionários e de mobilização da massa contra o Estado, movimentos que buscavam o poder e tinham a violência como uma das suas principais expressões. Em meio às interpretações tradicionais, destacaram-se a Teoria Psicológica-Funcionalista da Escola de Chicago e a Teoria Clássica Marxista (Melo Júnior, 2007; Mutzenberg, 2015).

A Escola de Chicago foi a impulsionadora da constituição da Sociologia como disciplina científica e desenvolveu metodologias de estudo e de trabalho voltadas para a Sociologia Urbana com foco nos problemas da cidade de Chicago (EUA). De abordagem empírica e qualitativa foi pioneira na utilização de dados obtidos em fontes documentais. Nas interpretações psicológico-funcionalistas, as manifestações coletivas eram entendidas como irracionais ou emocionais e destrutivas, com potencial desencadeador de uma barbárie, tratando-se de um comportamento desviante ou desestruturado. Para essa Escola, os movimentos sociais e as ações coletivas eram erigidos para o enfrentamento contundente de determinada situação e suas lideranças eram tidas como responsáveis na articulação e na negociação que evitariam o confronto e apaziguariam os ânimos do movimento através de seus componentes educativos (Melo Júnior, 2007; Mutzenberg, 2015).

A teoria social de Marx, embora enfatize a organização política dos/das trabalhadores/as como unidade classista, não teve por meta explorar o desenvolvimento procedimental dos movimentos sociais. No entanto, é possível inferir a partir das análises marxistas sobre o desenvolvimento do capitalismo, a divisão da sociedade em classes sociais e a *práxis*, por onde passam suas premissas sobre os desafios de organização e engajamento presentes na realidade dos movimentos de trabalhadores/as do século XIX, ou seja, o posicionamento político na esfera pública e institucional moderna implica na capacidade de organização de pautas, de coerência e coesão em determinados movimentos/organizações que representam os interesses antagônicos que estão presentes na disputa de poder entre classes sociais, seja aquela que abarca os movimentos de trabalhadores/as, seja a que envolve os movimentos de burgueses/as. Nessa análise, as questões econômicas e políticas são os catalisadores principais dos movimentos, admitindo-se a ideologia como transversal (Melo Júnior, 2007).

Para Mutzenberg (2015, p. 420), “[...] apesar de perspectivas distintas e conflitantes, podem-se identificar um pressuposto comum, uma concepção da sociedade como ordem fechada, uma unidade que se perdeu, mas que teria como destino a sua plenitude, isto é, um retorno a sua natureza última”. O autor considera

que, do ponto de vista teórico-metodológico, faltou atenção aos processos de construções e constituições das identidades coletivas, enfatizando a ideia de uma teoria explicativa universal, etapista e homogeneizante que valorava a atuação político partidária e sindical ou em outras associações de interesse na sociedade civil.

Conforme Alonso (2009), dos anos 1930 a 1960 houve uma mudança no paradigma das teorias dos movimentos sociais, surgem novas teorias que têm suas explicações além da classe e da revolução ou conservadorismo. Como exemplo dessas teorias, tem-se as teorias da desmobilização política, de Reisman e Adorno, com explicações para a desmobilização focadas nas questões psicossociais, especificamente no individualismo burguês. Essas teorias foram surpreendidas por uma série de protestos na década de 1960, que não foram protagonizados por partidos políticos ou organizações marcadamente classistas e em parte deles não tinham o intuito de tomar o Estado, supostamente inviabilizando as análises pelas lentes funcionalistas e do marxismo clássico.

A partir da década de 1960, as conceituações sobre os movimentos sociais ocuparam-se da reflexão sobre: 1) mobilização de recursos; 2) abordagem de estratégias ou processos políticos; e 3) novos movimentos sociais ou identidades coletivas (Alonso, 2009; Munck, 1997; Mutzenberg, 2015).

A Teoria da Mobilização de Recurso (TMR), baseada no pensamento de John McCarthy, Mayer Zald e Mancur Olson, e a abordagem de estratégias ou Teoria dos Processos Políticos (TPP), fundamentada no pensamento de Sidney Tarrow e Charles Tilly, contrapunham-se a significar as ações coletivas como comportamentos desviantes e irracionais. De acordo com Mutzenberg (2015), às análises passaram a considerar tanto as estratégias racionais que os indivíduos, grupos e coletivos empreendiam nas ações contestatórias quanto a mobilização de recursos materiais, humanos e simbólicos. Significa que as pesquisas sobre movimentos sociais deram relevância e reconheceram o papel ativo dos/das envolvidos/das nos protestos ou em outras ações coletivas. Porém, a crítica que se constrói sobre o rumo que a TMR seguiu, é que ela acabou por definir os movimentos sociais em analogia a empresas, onde predomina-se a racionalização plena e a burocratização, igualando movimentos sociais a qualquer outro fenômeno social e negando a ideologia e os valores das ações coletivas (Alonso, 2009).

Especificamente a TPP enfatizou a disputa política, considerando que:

[...] os interesses, a organização e a mobilização, que criam a capacidade da ação e não sua efetivação, estão subordinados à avaliação dos custos e benefícios resumidos sob o frontispício da repressão ou facilitação, do poder e das oportunidades ou ameaças. Há um investimento nos processos políticos, o que caracteriza a teoria do processo político. É a partir da efetivação de ações oportunas que os atores recorrem e inovam o repertório de ações coletivas (Mutzenberg, 2015, p. 422).

A TPP ao se colocar contra explicações deterministas e economicistas da ação coletiva, contra a ideia de um sujeito histórico universal, considerando discutir sobre as possibilidades de revolução, a incorporação da identidade e da dimensão cultural, aproximou-se da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), proposta por Alan Touraine, que caracterizava a análise das identidades coletivas centrada nas relações sociais, não em seus protagonistas (Alonso, 2009). Munck (1997, n.p.) afirma que, sob essa perspectiva, “[...] a identidade de um movimento social se formava no interior da estrutura de conflitos de uma determinada sociedade”. Para o autor, não significa um processo sem atores/as, pois os movimentos sociais são compreendidos como um tipo de ação coletiva que necessita de atores/as, mas a TNMS buscava ampliar a explicação sobre o tema, por entender que eram insuficientes ou limitadas as análises decorrentes do marxismo clássico sobre os movimentos sociais. Logo, para a TNMS, “[...] o conceito de identidade coletiva apreendia o sentido em que esses atores são estruturalmente constituídos e deviam ser analisados, primeiramente, nos termos da estrutura de conflitos de uma sociedade e, só depois, nos termos das estratégias que tinham em vista” (Munck, 1997, n.p.).

Sobre a TNMS e a adoção do termo “novos movimentos sociais”, Mutzenberg (2015) considera que:

[...] sublinharam os aspectos culturais e ideológicos, assim como as lutas do cotidiano (mundo da vida) e a solidariedade como constitutiva de novas identidades. Isso evidenciou ainda a complexidade simbólica e o amplo leque de orientações políticas presentes nas múltiplas manifestações coletivas em sua diversidade de pontos de identificação (nacionalismos, gênero, etnia/raça, religião, localismo, cidadania etc.). Há, nesse sentido, um reconhecimento de uma conformidade entre a heterogeneidade da sociedade civil e a heterogeneidade dos atores coletivos, caracterizando um campo plural e dinâmico em que identidades se redefinem nos processos de articulação. [...] (Mutzenberg, 2015, p. 423).

Sobre as tentativas de elaborar definições e análises para as ações coletivas abarcaram os seguintes temas:

[...] autores da teoria dos novos movimentos sociais, a partir das teses sobre “sociedade da informação”, “sociedade de redes”, “esfera pública”, deslocam o foco das análises dos movimentos sociais, atrelando-os ao tema da sociedade civil, pensado em nível nacional ou de uma “sociedade civil global”. Por outro lado, autores da teoria do processo político centram-se nos “confrontos políticos”, incluindo partidos, guerrilhas, terrorismo, guerras civis etc. [...] (Mutzenberg, 2015, p. 424).

Conforme Alonso (2009), as três teorias clássicas têm características peculiares: a TMR, foca na dimensão micro-organizacional e estratégica; a TPP, privilegia a macropolítica; e a TNMS, acentua aspectos simbólicos, cognitivos e até emocionais. As três teorias são focadas em um aspecto da vida e dos movimentos sociais, o que estimulou polêmicas, conciliações e reelaborações teóricas.

Na década de 1990 ocorreu um intenso processo de institucionalização dos movimentos sociais brasileiros e de declínio nos estudos do tema na área das ciências sociais. A partir do recrudescimento da hegemonia neoliberal, nos anos 2000 volta à pauta os movimentos globalistas. Nos estudos elaborados a partir da América Latina, há a contestação de leituras colonialistas e eurocêntricas nas abordagens das questões latino-americanas que seriam mais bem respondidas a partir da aproximação aos pensamentos pós-coloniais, conforme resume Mutzenberg (2015):

Estas retomam o problema da desigualdade e suas raízes históricas no colonialismo, e sua atualização nos processos contemporâneos; as múltiplas formas de dominação e violência; o debate sobre a concepção ocidental de desenvolvimento e a tentativa de impor esse modelo como universal; a reescrita da história da colonização e dos processos de descolonização. Numa perspectiva mais ampla, põe-se em questão a construção de conhecimento sobre as manifestações coletivas de contestação a partir das chaves de leitura presentes na produção europeia e norte-americana (Mutzenberg, 2015, p. 425-426).

Após a II Guerra Mundial e a fundação de uma nova alteridade planetária, que dividiu o mundo em três, começam a se levantar bandeiras próprias do “Terceiro Mundo” imprimindo novos sentidos à “liberdade do país e do povo”. Diante disso, propunham-se novas lentes explicativas sob as bases das experiências históricas dos povos originários e de suas filosofias, fase denominada de “pós-colonialismo” por dois motivos:

O primeiro diz respeito ao tempo histórico posterior aos processos de descolonização do chamado “terceiro mundo”, a partir da metade do século XX. Temporalmente, tal ideia refere-se, portanto, à independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo – especialmente nos continentes asiático e africano. A outra utilização do termo se refere a um conjunto de contribuições teóricas oriundas principalmente dos estudos literários e culturais, que a partir dos anos 1980 ganharam evidência em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra (Ballestrin, 2013, p. 90).

O “pós-colonialismo”, enquanto escopo epistemológico, refere-se às inúmeras correntes de pensamentos diretamente ligadas às lutas e aos movimentos políticos que criticam e enfrentam a modernidade, tal como significada pelas correntes de pensamento eurocêntricas. Mesmo sob perspectivas por vezes conflitantes, esta corrente apresenta alguns pontos de confluência, tais como: “caráter discursivo do social, o descentramento das narrativas e dos sujeitos contemporâneos, métodos de desconstrução dos essencialismos e propostas de uma epistemologia crítica às concepções dominantes de modernidade” (Ballestrin, 2013, p. 90).

Perdura o questionamento se existem teorias próprias do pós-colonialismo sobre movimentos sociais. Uma resposta preliminar infere que as teorias desenvolvidas pelas abordagens clássicas criam possibilidades para operar certa tradutibilidade do legado científico moderno para estudar o Sul Global. Significa que não se trata de novas teorias sobre os movimentos sociais, mas sim de uma ampliação do escopo analítico e a incorporação de novas variáveis calcadas nas experiências dos povos originários e de suas culturas, sem deixar de dar visibilidade ao colonialismo e a colonialidade como relações sociais e históricas propulsoras das ações coletivas e dos movimentos sociais de atores/as historicamente subalternizados/as.

Uma possibilidade para interpretação histórico-crítica do Movimento Negro no Brasil

Diferente das teorias que buscam interpretar movimentos sociais a partir de chaves específicas, como um enquadramento da realidade, ao questionar se existe um Movimento Negro ou vários movimentos negros, Gonzalez (2022) chega à conclusão de que as diferentes formas pelas quais negras e negros respondem politicamente e culturalmente ao racismo constituem o MN, afirmando a existência de movimentos negros dentro do MN. Esse é um primeiro passo para resolver o dilema sobre o que constitui esse movimento social, o que não chega perto de resolver sobre a heterogeneidade de perspectivas dentro dele, mas faz refletir que se ele é formado por diferentes expressões pelas quais negras e negros respondem politicamente e culturalmente ao racismo, essa heterogeneidade de perspectivas pode estar relacionada com as concepções que se tem sobre o próprio racismo.

Nascimento (2021, p. 193), ao considerar que a história oficial vem sendo escrita a partir da visão do “vencedor”, alertava que “a história dos grupos subordinados é sempre enfocada como eventos exóticos, uma sub-história da história oficial [...]”. Neste artigo, ao buscar romper com a visão do “vencedor”, aposta-se em uma interpretação que compreende a existência do MN no Brasil desde as primeiras expressões de lutas e resistências contra a escravidão.

No período inicial da escravidão, o racismo existente não significava uma discriminação sistemática baseada nas noções de raça biológica, mas toda escravidão pressupõe um processo de racialização, entendido como o enquadramento de um grupo de humanos na condição de *outros* (fora dos grupos de referência de uma sociedade), o que possibilita hierarquizações a partir de marcadores biológicos, étnicos, hereditários, estéticos ou sociais. Assim, ao resistir a escravidão responde-se também a essa racialização que, ao ser afirmada enquanto processo, rejeita a existência de hierarquias naturais, demonstrando justamente que há um empenho em transformar humanos em *outros* inferiores.

Um dos aspectos do eurocentrismo civilizatório é a compreensão de que seres humanos escravizados se tornam escravos/as em seu sentido nato, pela completa alienação e conversão em instrumento de trabalho, o que impede a existência de uma consciência de si enquanto ser social. Outro aspecto que impediria a afirmação desse marco histórico do surgimento do MN no Brasil é a concepção de movimento social como “organizado”. O significado de “organizado” foi se delimitando a partir da sua utilização nas práticas discriminatórias, ao afirmar que só é movimento social aquele que é organizado politicamente, mais especificamente como uma entidade que tem identidade, regras, e objetivos extremamente definidos.

Como o início de uma resposta a essas falácias, fundamenta-se no pensamento de Clóvis Moura, pois o autor reivindica que para romper com essa visão organicista e harmônica que sustenta a tese de uma estrutura sem contradição, como se o/a escravizado/a “[...] não existisse no sistema escravagista como sujeito coletivo atuando na dinâmica social”, é necessário uma análise do “[...] papel [do/da escravizado/a] como participe do processo contraditório de lutas e reajustes que caracterizou o sistema escravagista” (Moura, 2022, p. 20). Seguindo a mesma perspectiva, ao considerar negras/os como sujeitas/os agentes da história, por vezes será utilizada neste artigo a expressão Movimento de Negras e Negros.

Referindo-se aos quilombos e as insurreições, Moura (2022) afirma que:

[...] o escravo não era apenas coisa, de acordo com as leis do tempo. Se assim fosse não haveria uma dinâmica social durante o regime escravagista além daquela que as outras classes e camadas imprimiram. O escravo, no entanto, se, de um lado, era apenas coisa, do outro era ser. Por mais desumana que fosse a escravidão, ele não perdia, pelo menos totalmente, a sua inferioridade humana. E isso era suficiente para que, ao querer negar-se como escravo, criasse movimentos e atitudes de negação ao sistema (Moura, 2022, p. 20).

Será exposto de forma resumida o que considero como um dos principais movimentos no repertório do MN no Brasil, o movimento de quilombagem³, pois demonstra uma organização alinhada às possibilidades de existência, resistência e luta, o que se contrapõe a concepção de “organizado” advinda de matriz eurocêntrica civilizadora.

As fugas dos cativeiros representaram a própria negação da ordem imposta, mas foi a organização em quilombos que expressou de forma marcante a cultura de liberdade. Essa afirmação não partilha dos equívocos interpretativos liberais, românticos e em suma de uma concepção teleológica da história, conforme Nascimento (2021):

Compreendendo a dificuldade metodológica e interpretativa que o estudo do “quilombo” oferece, e que por isso mesmo seja passível de grandes equívocos, entendemos que ele se forma mais da necessidade humana de se organizar de um modo específico que não aquele arbitrariamente estabelecido pelo colonizador. Um homem ou vários homens em condições físicas e psíquicas normais, embora vivendo sob um sistema de instituições vigorosamente opressoras, poderia voluntariamente imaginar para si situações mais de acordo com suas potencialidades e aptidões, situações que, em razão da ordem social escravocrata, são universal e historicamente reconhecidas com impossível de se promover (Nascimento, 2021, p. 124).

A fuga para o mato não representou a incapacidade para lutar, antes de mais nada, representou a primeira forma de reação escolhida e utilizada para iniciar uma ordem autônoma. Outro ponto importante é que embora a maioria das referências sobre quilombo tenham o foco no seu caráter de rebelião, a rebeldia da quilombagem estava sobretudo nos períodos de *paç quilombola*, que não estava isenta da reprodução de relações coloniais, mas por seu caráter produtivo chegou de fato a ameaçar o regime escravocrata, mais que as próprias guerras (Nascimento, 2021).

Por falar em organização, recorreu-se às análises descritivas comum entre as referências sobre quilombo, mais especificamente as análises descritivas sobre o Quilombo dos Palmares ou Angola Janga (Minha Pequena Angola), sem ter o interesse de corroborar com generalizações, mas como um exercício de reconhecimento de estudos consolidados sobre a grandiosidade de Palmares.

³ "Entendemos por quilombagem o movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional. [...]" (Moura, 1992, p. 22). Essa escolha ocorreu para dar visibilidade à organização dos quilombos, frequentemente desconsiderados enquanto parte do próprio MN ou entendidos como algo anterior ao MN.

O Quilombo dos Palmares, cuja provável fundação foi 1597, na Capitania de Pernambuco, chegou a ter aproximadamente 25 mil quilômetros quadrados de extensão territorial, sendo o quilombo mais expressivo e referenciado até os dias atuais. Para sua segurança e sobrevivência, os grupos que fugiram para o mato saqueavam as fazendas, reunindo armas e ferramentas de trabalho e libertando/sequestrando outros/as negros/as escravizados/as, quando necessário também matando os feitores e ateando fogo nas plantações (Carneiro, 1958; Gennari, 2011).

Estima-se que em 1678, a população palmarina aproximou-se de 20 mil pessoas. A experiência comunitária desenvolvida no Quilombo dos Palmares assentou-se em torno da agricultura e pecuária de subsistência, bem como da caça e da pesca. Em Palmares, houve o estabelecimento de uma economia comunitária de abundância; um comércio baseado principalmente em escambo com moradores/as vizinhos/as, sobretudo de excedente alimentar diante do desabastecimento que ocorria na Capitania de Pernambuco; o desenvolvimento de técnicas militares, com um segmento militar armado para autodefesa territorial e do patrimônio comunitário, embora nas épocas de guerra todo o povo fosse mobilizado para lutar e; o estabelecimento do que foi comparado a um Estado negro, semelhante aos que existiram no continente africano, no séc. XVII, baseado na eletividade do/da chefe e com um Conselho formado por líderes das diversos quilombos (cidades) e das atividades mais importantes para sua (re)existência⁴ (Carneiro, 1958; Gennari, 2011; Moura, 2019).

Ao destacar outros aspectos sobre Palmares, afirma-se a existência de um *dialeto de Palmares* como código de linguagem utilizado por seus/suas habitantes, com características da língua portuguesa e de línguas de etnias indígenas e africanas. A desproporção entre o número de homens e mulheres foi em parte causadora da instituição de dois tipos de organização familiar: família polígama, praticada por membros da estrutura de poder e; família poliândrica, que funcionava de forma majoritária no conjunto da comunidade. A religião de Palmares era formada por um sincretismo entre catolicismo popular, espiritualidade africana (principalmente banto) e espiritualidade indígena, outro aspecto identificado foi a inexistência de uma casta sacerdotal, em contraponto, os atos religiosos eram realizados em uma comunhão coletiva (Moura, 2019).

Somente em 1602, organizou-se a primeira expedição da Capitania contra o Quilombo, dando início ao que totalizou dezessete expedições registradas, com lideranças holandesas e luso-brasileiras. A grande fama de Palmares e a localização

⁴ O Quilombo dos Palmares chegou a ser chamado de república rústica, Estado negro e ditadura parassocialista, como demonstração de medo quanto a sua grandiosidade.

geográfica fortalecia as resistências, fugas e adesão de negros/as escravizados/as e inclusive de indígenas e pessoas não-negras⁵ (Carneiro, 1958; Gennari, 2011).

Palmares ao longo da sua história teve dois conhecidos chefes, o primeiro foi Nganga-Zumba e o segundo foi Zumbi. Embora a República de Palmares fosse considerada inimiga pelos portugueses, por ser totalmente autônoma do domínio colonial, em 18 de junho de 1678, Nganga-Zumba foi à Recife acompanhado de uma embaixada de sua confiança, sendo recepcionados no palácio, a convite do governador da capitania, Aires de Souza, que buscava negociar uma trégua com o chefe palmarino, enquanto se buscava a reorganização econômica da colônia (Nascimento, 2021).

O tratado de paz selado por Nganga-Zumba, em 5 de novembro de 1678, foi entendido por muitos/as palmarinos/as como uma atitude unilateral, provocando violenta reação da comunidade em específico da força militar, que passou a apoiar Zumbi, sobrinho de Nganga-Zumba, no estabelecimento de uma ditadura para “salvação pública”. Ao destronar Nganga-Zumba, Zumbi se consolidou efetivamente como chefe de Palmares, momento em que Palmares se tornou militarmente mais agressivo como reação a intensificação das expedições, o que foi inclusive comparado aos correlatos movimentos que ocorreram na Jamaica e em São Domingos (Nascimento, 2021).

Apenas em 1695 Zumbi foi deposto ao ser traído e morto pelo delator Antonio Soares⁶. Seu assassinato, ao contrário de provocar a rendição, gerou ainda mais revolta dando continuidade as lutas para sobrevivência, liberdade e autodeterminação, mas também acelerando a fundação de outros quilombos a partir da dispersão do povo palmarino (Gennari, 2011; Carneiro, 1958).

Conforme Moura (2019):

Como vemos, pela importância que se deu à destruição de Palmares, temos a evidência de que, no bojo da estrutura colonial e escravista que existiu na época, a existência da República de Palmares, a sua vitalidade e desenvolvimento, o seu exemplo de dinamismo econômico, e o seu exemplo de relação comunitária e harmonia social determinaram a sua extinção. Isso porque, segundo pensamos, era uma alternativa surpreendentemente progressista para a economia e os sistemas de ordenação social da época. Um embrião de nação que foi

⁵ Moura (2022), reforçou a existência de uma associação entre quilombolas, negros/s urbanos/as e negros/as de engenho, como também a associação de quilombolas com os demais seguimentos marginalizados ou oprimidos pelo latifúndio escravista.

⁶ Fato que ocorreu em 20 de novembro de 1695, o que justifica a data ser considerada um símbolo em referência as resistências de negras e negros.

destruído para que seu exemplo não determinasse uma economia que transcendesse os padrões econômicos e políticos do sistema escravista (Moura, 2019, p. 220).

Se as afirmações sobre movimento sociais delimitados a partir da concepção de “organizado” advinda de matriz eurocêntrica civilizadora tivesse de fato um compromisso com a realidade da história, o Quilombo dos Palmares seria difundido enquanto referência de organização não só para o MN, mas para todos os movimentos sociais que se “organizam” no Brasil. O que se verifica na utilização dessa delimitação são as características acríticas, a-históricas e racistas, especificamente em relação ao MN. Porém, embora o Quilombo dos Palmares tenha sido historicamente tratado como a principal referência, esta não foi a única.

Destaca-se, na região de exploração do ouro, a Capitania de Mato Grosso, onde os quilombos com informações mais consistentes em relação à sua capacidade organizativa e produtiva foram: Quariterê, Sepetuba e Rio Manso. Por volta de 1770, o Quilombo de Quariterê tinha cerca de 79 negros/as e 30 indígenas, além disso, era liderado por Tereza de Benguela⁷, que se destacou por sua liderança por meio de um parlamento. É importante entender que os quilombos, de modo geral, foram organizados diante das condições possíveis de sobrevivência, isso está relacionado à utilização estratégica de recursos materiais. Esses quilombos citados tiveram o ouro como uma possibilidade de troca por materiais necessários para alimentação e segurança, assim como, especificamente o Quilombo de Sepetuba acolheu soldados que fugiam da Guerra do Paraguai com o intuito de possuir mais armamento (Gennari, 2011).

O movimento do quilombagem coexistiu com as insurreições e as reivindicações e organizações para compra de alforrias, com isso, considero que para estudar o Movimento de Negras e Negros no Brasil é necessário as/os considerar como agentes históricos, com plenas capacidades física e mentais para se organizar e protagonizar processos que infelizmente ainda são narrados sob a ótica colonial da ideologia da redentora. Acontece que, após abolição formal e o abandono de negras e negros à própria morte foi possível identificar novos padrões de luta e resistência, mas além desses se relacionarem com a conjuntura, ainda se faz necessário recorrer à memória do “quilombo”, que de alguma forma é evocado quando se tem como objetivo comum a sobrevivência e a organização fora dos parâmetros do colonizador.

⁷ O Quilombo de Quariterê foi destruído em 1770, onde Tereza foi assassinada e teve sua cabeça exposta no centro do Quilombo. A Lei 12.987 de 2014 institui o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da mulher negra, a ser lembrado no dia 25 de julho.

Considerações finais

É necessário entender que “[...] essas lutas não são como borra isolada do processo histórico, mas como uma força social que atuava de forma transformadora no próprio centro do sistema” (Moura, 2022, p. 26). Os quilombos foram organizados por sujeitos/as que juntos/as consolidaram identidades e formas próprias de organização e luta, engendradas por processos políticos, que por sua vez, impulsionaram a mobilização estratégica de recursos.

Nascimento (2021) afirmou que:

A análise dos “quilombos” não pode obedecer à mesma linha de interpretação utilizada para os movimentos sociais designados modernos, aqueles que ocorreram na Europa Ocidental desde o século XVIII, que são encaixados dentro do quadro socialista. Menos ainda aos movimentos operários e socialistas deste século [XX]. O fato de os “quilombos” pertencerem à dinâmica da sociedade brasileira dos séculos de colonização e à posterior sociedade pré-capitalista e pré-industrial do século XIX os encaixa nos chamados movimentos sociais “arcaicos”, ou “primitivos”. Logo, uma interpretação vinculada às teorias de mudança social, notadamente a marxista, soa, em relação a eles, de modo exótico [...] (Nascimento, 2021, p. 115).

Embora reconheça a grande contribuição da autora, discordo em parte desta afirmação, pois a própria autora reivindicou o rompimento com o romantismo que entende os quilombos como um retorno à África, indicando que estes se formaram pela necessidade humana de se organizar de um modo específico que não aquele arbitrariamente estabelecido pelo colonizador, sendo assim, “quilombo” é um fenômeno moderno e não arcaico ou primitivo. Acredito que seria mais coerente, diante do compromisso em escrever a história a partir de nossas mãos e nossos paradigmas, afirmar que a análise dos “quilombos” não pode obedecer à linha de interpretação eurocêntrica civilizadora.

Quanto à impossibilidade de interpretação pela teoria marxista, não consigo entender análises sobre “quilombo” que não parte da produção material e sua relação com a produção de indivíduos, já que os/as escravizados/as que fugiram para o mato se constituíam enquanto classe, conseqüentemente eram agentes históricos, mesmo que integrados/as aos meios de produção no escravismo colonial do Brasil. Porém, entendo que esta afirmação de Nascimento (2021), pode ter partido de rupturas entre o MN e a esquerda marxista das décadas de 70 e 80, que frequentemente desconsiderou a questão racial e a vanguarda do MN na história do pensamento marxista no Brasil. A autora considerou que a questão racial atravessa todo o edifício da nossa sociedade, assim:

As relações intrínsecas do movimento negro com a esquerda estão baseadas nesse megaconflito nacional. Entre 1974 [...] e 1977, nossos embates foram muito francos. Todos queríamos romper o arbítrio, e foi o movimento negro que inaugurou a proposta do materialismo dialético. Nosso discurso e nossas reflexões sobre o real usavam a bagagem marxista. Isso, acima de tudo, foi um atributo próprio de nós, pretos (os mais subalternizados dos grupos sociais) (Nascimento, 2021, p. 219).

A reivindicação do marxismo exclusivamente pela esquerda intelectual foi em parte responsável pelo afastamento do MN da teoria marxista, Nascimento (2021) chegou a afirmar que a institucionalização do MN e a sua especificidade em lidar com as questões do/da oprimido/da seriam de fato a “organização” deste movimento social. Esse foi um equívoco que contradiz justamente o que a autora vinha demonstrando em relação aos quilombos.

A escravidão moderna, que foi fundamental para o desenvolvimento capitalista na Europa, reforçou os estereótipos em relação a determinados povos, em específico os povos negros. O próprio racismo, tal qual conhecemos hoje, é intimamente relacionado ao capitalismo. Sendo assim, o movimento de quilombagem, enquanto uma expressão de luta e resistência ao escravismo faz parte do MN e junto às demais formas pelas quais negras e negros respondem política e culturalmente ao racismo, podem ser interpretadas pelo método do materialismo histórico.

Nascimento (2021) considerou que oficialmente o “quilombo” termina com a abolição, mas permanece enquanto recurso de resistência e enfrentamento da sociedade oficial que se instaura. As rupturas são evidentes, mas a sua continuidade está em seus remanescentes, nas favelas, nas grotas, nos terreiros, nas organizações políticas e culturais e em cada ser humano que resiste às desumanizações necessárias para manutenção do *status quo* e luta por uma forma humanamente emancipada de existência.

Referências

- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p.49-86, 2009.
- BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. América Latina e giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.11, p. 89-117, 2013.
- CARNEIRO, Edson. *Quilombo dos Palmares*. São Paulo: São Paulo Editora S/A, 1958.

- ELTIS, David. Um breve resumo do Tráfico Transatlântico de escravos - Parte II, *Portal Geledés*, 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/escravizacao-de-africanos/>. Acesso em 28 nov. 2023.
- GENNARI, Emílio. *Em busca de liberdade: traços das lutas escravas no Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- GONZALEZ, Lélia. Movimento negro na última década. In: GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. A ação coletiva e seus intérpretes. *Revista Pensamento Plural*, Pelotas, vol. 1, p. 65-87, 2007.
- MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática S.A, 1992.
- _____. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Editora Dandara, 2022.
- _____. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- MUNCK, Geraldo L. Formação de atores, coordenação social e estratégia política: problemas conceituais do estudo dos movimentos sociais. *Revista Dados*, Rio de Janeiro. Vol. 40, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/6FqkXVvbDzT6dsRTdh86trG/>. Acesso em 28 out. 2023.
- MUTZENBERG, Remo. Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: pontos para uma análise dos protestos sociais em África. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, n. 2, Vol. 30, p. 415-447, 2015.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1978.
- NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Organização de Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- VERAS, Aline Camacho de Andrade. A escravidão no Brasil e formas de resistência negra. *Revista Encontros*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 25, p. 83-93, 2015.